VISIBILIDADE MEDIÁTICA E VIOLÊNCIA TRANSPOLÍTICA NA CIBERCULTURA ¹

Condição atual da repercussão social-histórica do fenômeno glocal na civilização mediática avançada

Eugênio Trivinho²

Resumo: O trabalho está dedicado ao fenômeno da visibilidade mediática, tal como ele se apresenta na cibercultura, tomada como categoria de época. Apoiando-se em conceitos novos em ciências humanas e sociais, a argumentação se desdobra em dois movimentos. O primeiro assenta o conceito de visibilidade mediática, delinea a sua relação com o fenômeno glocal (nem global, nem local, antes processo de terceira grandeza, univocamente vigente), mapeia a sua lógica sociocultural estrutural e caracteriza o seu estado da arte, demonstrando como essa dimensão simbólica central da vida social é, atualmente, sobredeterminada pelos traços da cibercultura. No segundo movimento, a argumentação associa os conceitos mobilizados ao de violência transpolítica – violência heterodoxa, aleatória e silenciosa ligada à existência fenomenológica inexorável e inelidível da comunicação eletrônica – e elucida, nesse caminho, como a visibilidade mediática acabou por se tornar a própria destinação do simbólico.

Palavras-chave: Cibercultura. Visibilidade mediática. Violência transpolítica.

I – NOTA INTRODUTÓRIA

A trajetória de reflexão a que pertence o presente texto permitiu levar a público, em 2007, uma contribuição teórica para a dissecação do *fenômeno da existência em tempo real* (cf. TRIVINHO, 2007b). Tratava-se, naquela oportunidade, de fazer a caracterização e crítica da significação social-histórica desse *modo de existência em rede na civilização mediática atual*, superando-se, no quanto possível, a lacuna devida à pouca atenção tensional concedida a respeito pela teoria social e pela teoria da comunicação.

O aprofundamento da reflexão, com efeito, somou dados empíricos e conceituais em favor da melhor contextualização do fenômeno: a existência em tempo real se

¹ Texto apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Cibercultura”, no XVII Encontro Nacional da COMPÓS, realizado na Universidade Paulista (UNIP), em São Paulo/SP, em junho de 2008. O artigo resulta do Projeto de Pesquisa em desenvolvimento no PEPGCOS/PUC-SP, com apoio do CNPq.

² Professor e Vice-Coordenador do PEPGCOS-PUC-SP, pesquisador do CNPq e Coordenador Geral do CENCIB - Centro Interdisciplinar de Pesquisas em Comunicação e Cibercultura (PUC-SP). E-mail: eugeniotrivinho@uol.com.br.

enquadra em processo sociotecnológico e cultural de maior magnitude – a *visibilidade mediática*. Cumpre-se, pois, no presente estudo, o procedimento teórico de caracterização desse processo – sua natureza, suas estruturas de base, seu *modus operandi* social-histórico, sua tipificação e diversidade epocais, sua hibridação tecnológica imanente, suas conseqüências culturais, enfim, seu estado da arte e suas tendências, com a especificação do aludido enquadramento –, no contexto da cibercultura, entendida como categoria de época, vale dizer, como estirão social-histórico avançado da *civilização glocal* (TRIVINHO, 2001, p. 209-227, 2007a, 2007b).

Como ninguém desconhece, a expressão “visibilidade mediática”, embora inserta na agenda de reflexão de vários autores brasileiros e estrangeiros – ela que já se encontra incorporada à própria agenda jornalística diária, figurando em artigos opinativos e editoriais de periódicos impressos e *online* –,³ carece, ainda, dos rigores do pensamento teórico sistemático; ainda não foi objeto de dissecação conceitual adequada, exclusiva e intensiva, em conjugação ao tratamento de seus aspectos fundamentais, mormente no que toca à sua lógica e às suas reverberações socioculturais. Certamente, a expressão viceja em estudos sobre estratégia política e eleitoral, atuação de movimentos sociais, governos e corporações, *marketing* de carreira de profissionais da arte e do esporte e demais figuras do *show business*, e assim por diante. Não obstante, vigora, nesse âmbito, majoritariamente, como “conceito-espelho” – quando não apenas *en passant* – para a abordagem prioritária de outro aspecto social ou cientificamente relevante do processo civilizatório mediático, sobretudo em sua injeção massificada. Carecendo, *per se*, de densidade conceitual própria, figura aí na modalidade de dispositivo operatório complementar. Como tal, permanece, portanto, aberto a iniciativas de esclarecimento público voltadas para a cobertura da mencionada lacuna.⁴

A argumentação esculpe três categorias nucleares: *glocal/glocalização* e *violência transpolítica*, além de visibilidade mediática, tais como se configuram vetores do processo civilizatório atual. Trata-se de conceitos recentes, senão bastante novos em ciências humanas e sociais, com os quais o signatário do presente estudo vem trabalhando a bom par de anos, a título de contribuição sistemática à renovação epistemológica no âmbito da teoria social e da teoria da comunicação. Os três conceitos são relacionados à *violência da técnica como modo de arranjo do social contemporâneo* (TRIVINHO, 2007a, p. 39-40), violência heterodoxa e silenciosa que não raro deixa, em seu rastro, de se pôr socialmente como violência e, por isso, é pouco percebida.

Fique assente, desde já, o fato de, no que tange à temática da visibilidade mediática, interessar, fundamentalmente, a própria existência do fenômeno como problema de reflexão. Em outras palavras, interessa menos a “armadura” ou “casca” em rede do fenômeno; vale, acima de tudo, o que lhe é *a priori*, o que lhe é, por constituição, intrinsecamente prévio, o que lhe configura as condições *sine qua non* de base e, nesse caminho, a sua significação social-histórica, para além de todo olvido teórico nas áreas de Comunicação e afins – ambas as vias firmadas à luz da categoria da crítica como princípio apriorístico de constituição epistemológica do conhecimento e questionamento incondescendente do real.

³ O resultado de simples pesquisa na Internet provê disso alentada demonstração.

⁴ Não constitui, de toda forma, propósito deste trabalho fazer recensão bibliográfica a respeito. Realiza-se, aqui, precipuamente e em linhas gerais, a interpretação extensiva do fenômeno, correspondente a estrato expressivo dos resultados intelectivos atingidos até o momento, em estrita sintonia com o mapa teórico e epistemológico consolidado na investigação em curso.

II – VISIBILIDADE MEDIÁTICA

1. Glocal e visibilidade mediática

Antes de conceder tratamento específico à natureza da visibilidade mediática, convém evocar o aspecto principal das estruturas tecnoculturais nas quais ela se assenta. *A visibilidade mediática radica, essencialmente, na fenomenologia do glocal como ambiente de aculturação social-histórica da civilização mediática.* A dinâmica dessa visibilidade, de par com a da existência em tempo real, conflui, no que lhe é fundamental e predominante, para esse contexto híbrido de existência e experiência cultural, bem como para o seu processo derivativo e estendido, a *glocalização planetária do território geográfico e do simbólico*,⁵ sob a tutela do valor de troca na esfera da cultura e da sociabilidade.

A categoria do glocal foi dissecada em etapa anterior ao presente ensaio (TRIVINHO, 2007a, p. 239-320). Recuperam-se, a seguir, sucintamente, os traços necessários à autonomia e coerência da presente argumentação.

O glocal é um resultado organizado e imprevisto do *processo histórico de dromocratização técnica e tecnológica* (ibid., p. 45-87) que culminou na formação infra-estrutural e simbólica aleatória da civilização mediática. Precisamente, o glocal resulta da fase mais recente da tendência tecnológica de aceleração, fragmentação, saturação e hibridação observada na dimensão simbólica da cultura.⁶ Ao mesmo tempo, o glocal reescala, em retorno, todos os domínios constitutivos dessa civilização.

Do ponto de vista epistemológico, glocal – nem global, nem local, antes alternativa de terceira grandeza, doravante univocamente vigente – equivale à representação conceitual da lógica de mixagem tecnocultural típica do contexto de acesso e recepção a ou de retransmissão de signos ou produtos mediáticos. Nessa perspectiva, inexistente separação, qualquer que seja o grau, entre global e local ou globalização/globalismo e localização/localismo. A simbiose semântica derivada da justaposição (auto-obliterante) das duas metades significantes não se reduz a mera somatória. Ambas as vias restam amalgamadas e dissolutas em idêntico processo; são um e mesmo fluxo de realidade.

Em sua composição empírica *stricto sensu*, o glocal compreende a existência de cinco elementos basilares: [1] tecnologia comunicacional (não importa a natureza ou finalidade em jogo), [2] tempo real (isto é, o tempo tecnologicamente forjado que simula o tempo ordinário da vida prática e que articula instantânea e simultaneamente contextos sociais pulverizados no território geográfico), [3] fluxo sógnico (a esteira de sentido circulante nas redes), [4] sujeito [não importa também aqui a sua forma social, se grupal (massa ou

⁵ Na perspectiva do pós-estruturalismo e do pós-modernismo, com livre lastro na teoria de Lacan e nas concepções do imaginário social, então aproximadas da preocupação semiótica, o conceito de simbólico equivale à dimensão da cultura articulada pelo complexo tecido de significantes (verbais, imagéticos e/ou sonoros) e significados em espiral. Num processo civilizatório marcado pela aceleração e saturação do ciclo da produção e do consumo de signos, o estado da arte do simbólico incorpora o domínio absoluto do significante, em detrimento do significado. Veja-se, a respeito, Baudrillard (1976).

⁶ O argumento sedimenta, em sua concisão terminológica, propostas teóricas que, embora distintas em natureza e escala, vêm-se, por recurso de livre inspiração, confluentes na temática. Mencionem-se, em particular – e nessa ordem –, Virilio (1993a, 1993b, 1995), Baudrillard (1981, 1983); Canevacci (1996) e Canclini (2003).

público), individual (telespectador, rádio-ouvinte ou usuário), institucional ou não, e assim por diante], e [5] relação de acoplamento entre subjetividade/corpo e tecnologia/rede.

Na dinâmica social desses cinco elementos, o glocal corresponde a um vórtice invisível de enlaçamento inextricável entre o *contexto concreto e vicário do campo próprio e da existência* (*locus* da experiência ordinária do mencionado acoplamento) e o *universo imaterial e infinito das redes áudio/visuais (de massa ou interativas) em tempo real*, condição satelitizada do planeta após a Segunda Guerra Mundial. O glocal totaliza, pois, a *ambiência de condutibilidade sociomediática integral de fluxos sígnicos em espiral*, regida pela lógica aleatória do mercado.

Do estirão de desenvolvimento da tecnologia telefônica, radiofônica e televisiva ao advento consecutivo de diferentes espaços de atuação bidirecional no *cyberspace*, a *invenção sociotécnica irreduzível* aí presumida, a do glocal e da *glocalização*, como dispositivos tecnoculturais originais e sempre em estado progressivo de diversificação e sofisticação interna da era em curso, não obedeceu senão às *necessidades de formação e desdobramento social-histórico ampliado da civilização tecnológica avançada e de sua cultura típica, a mediática (em seu modelo massificado e/ou interativo)*. A banalização cotidiana irreversível do glocal coincide com o processo histórico de imaterialização completa do capitalismo tardio (cf. MANDEL, 1985).

2. Conceito de visibilidade mediática

Se a visibilidade mediática e o modo de existência em tempo real promanam da fenomenologia do glocal – são, na verdade, a sua principal *repercussão social-histórica estrutural* –, a recíproca, mesmo se macro-reescalada, é obviamente verdadeira: inexistência da glocalização da vida humana sem que esta seja continuamente lançada em seu horizonte simbólico correspondente e dominante.

No contexto do presente estudo, o conceito de visibilidade mediática assume três sentidos diferentes e conexos. Ela se configura (como uma espécie de)

[1] “*espaço socioesférico longitudinal*” invisível, imaterial, *tecnoespectral* (eletromagnético, se se quiser, no jargão técnico, aqui reducionista), de circulação/migração intermediática imprevisível de signos (representativos de acontecimentos e fatos, práticas e atitudes, indivíduos e grupos, instituições e corporações, marcas e produtos etc., e que, signos como tais, se apresentam auto-referenciais); em outras palavras, “*estrato-corredor*” simbólico dinâmico e majoritário da cultura contemporânea para circulação intermediática da produção simbólica regida pelas leis do valor de troca corporativo e das audiências (estejam em jogo redes *live* ou *online*) e modulada por peculiaridades sociais relativamente estáveis [migração inter-media/redes: de jornais e revistas impressos para o *cyberspace*, da TV e do rádio para celulares, de livros para o cinema, de câmeras de vigilância e controle para a TV, e assim por diante, em espiral que abrange até *écrans* de bolsas de valores, lapso de passagem e fuga para todos os *media*; migração interprodutos/formas culturais: do noticiário televisivo/radiofônico para *talk shows* e

programas de variedade, das novelas para a publicidade, dos *comics* e *games* para filmes, de *e-mails* para *blogs*, do *YouTube* ou *reality shows* para o noticiário impresso, deste para *sites*, e vice-versa, em miríade];

[2] *dimensão-“superfície” cultural polissêmica* de projeção dos resultados de estratégias e práticas de (auto-)exposição e (auto)promoção; *macroesteira competitiva* na qual os signos equivalentes a tais resultados se projetam, se justapõem e se completam, se atropelam e explodem, se fagocitam e se autoflagelam, se subdividem, se excluem e se dissolvem, para eventualmente retornar uma ou mais vezes, refazendo o ciclo semiodegradável de tensão para, não raro, desaparecerem sem deixar vestígios; como tal, *megazona simbólica de colonização e povoamento permanente*, portanto, de *disputa agonística por visibilidade* (tanto nos *media*, redes e produtos de massa, quanto nos interativos), regida pela *lógica do aparecer/desaparecer (ou do fazer aparecer/desaparecer) como suposta forma de poder e garantia de obtenção de hipervaloração social* (prestígio, reconhecimento, reputação e fama como bens simbólicos), ao calor de interesses socialmente previsíveis (confessos ou não);

[3] condição ou “estado” de algo (em sentido genérico) que se joga “à luz” (no tocante exclusivamente ao diapasão perceptual e subjetivo humano), que se põe à existência, que assim se mostra e se autopromove, enfim, *que é*, segundo os *axiomas autolegitimatórios da silenciosa “lei mediática” da existência* (e que, como tal, pode ser constatado, embora não empírica ou fisicamente, pelo que não importa, a rigor, com qual valor ou estatuto vigora, se na berlinda ou não de um processo social ou época); (condição ou estado) de algo que, assim inscrito ou projetado no mundo, se faz percebível como um existente (real/concreto ou fictício/imaginário), e que, se assim não for, não existe.

Em se tratando de um fenômeno mediático, essas três acepções abarcam a natureza de um *processo* (não, obviamente, de algo com “forma” e/ou “conteúdo” ou, pior, de uma “coisa”), cujo “metabolismo” – nunca é demais lembrar – pressupõe evidentemente (e somente se realiza via) intenção e ação social voltada para *media*, sobretudo os eletrônicos.

Não por outro motivo, a visibilidade mediática é – numa metáfora a essa altura capciosa, mas, de todo modo, não menos verdadeira e adequada ao momento – a “*macroprotuberância*” *sociocultural obliterada do fenômeno glocal*, como tal “presente” necessariamente em todos os *contextos locais de recepção/acesso/retransmissão*, (instância invisível, mas efetiva) na qual e pela qual o glocal na verdade se entrega fenomenologicamente, se integraliza e se faz (ele mesmo) “visível”, e a partir da qual, portanto, ele pode ser apreendido como “*ambiência*” *de povoamento e experiência humana, não-lugar civilizatório típico de produção e reprodução de um imaginário vicário – o imaginário glocal unidimensional* (cf. TRIVINHO, 2007, p. 300-301) –, em promiscuidade com a profusão internacional de signos nômades.

A visibilidade mediática – na realidade, multimediática, na qual paradoxalmente tudo se joga no trânsito, no *entre*, na *intermediaticidade* – se configura, assim, como uma espécie de *universo simbólico canônico da civilização mediática*, perfazendo (juntamente com o glocal), na quase totalidade da *autopoiésis* dessa fase histórica do capitalismo, o fundamento de sua respectiva dinâmica cultural hegemônica.

3. Lógicas socioculturais da visibilidade mediática

Como se pode deduzir, a lógica sociocultural desse fenômeno genérico, à semelhança de um fato social total (cf. MAUSS, 1974, p. 39-184), sofre, permanentemente, a interveniência concatenada, cumulativa e omeostática de três lógicas específicas, na qualidade de configurações culturais:

[1] a *lógica dromocrática da história ocidental* (fincada no princípio diacrônico da velocidade técnica e tecnológica como eixo descentrado de articulação e modulação da vida humana);

[2] a *lógica pós-moderna do social e da cultura* [fragmentação, saturação, ausência de finalidade e incerteza estrutural da produção mediática de signos]; e

[3] a *lógica cibercultural do presente* [dinâmica resultante do uso social das tecnologias digitais, tal como apreendida na categoria da *dromocracia cibercultural* (cf. TRIVINHO, 2001, p. 219-227, 2007a)].

Não por outra razão, o presente ensaio pressupõe, em seu arco temático de fundo, [1] as fases da massificação cultural (mormente posterior à Segunda Guerra Mundial), da informatização social e, mais recentemente, da imbricação das duas; [2] o modo pelo qual essas fases incorporam os traços idiossincráticos da pós-modernidade (LYOTARD, 1986, 1993; HARVEY, 1992; JAMESON, 1997; VATTIMO, 1991; TRIVINHO, 2001), e [3] o modo como tais fases e fatores implicam, intrinsecamente, a instantaneidade, a tautologia e a efemeridade dos signos e do sentido.

4. Sobredeterminação da visibilidade mediática pelas características da cibercultura

O fato sociotécnico mais recentemente significativo dessa *visibilidade multi- e intermediática* diz respeito a um aspecto ulterior. Estabilizados socialmente os efeitos da lógica dromocrática e do advento do pós-moderno e passadas quase duas décadas de enraizamento do *cyberspace* na vida cotidiana, *a visibilidade mediática tem sido, há bom par de anos, sobredeterminada por traços basilares da cibercultura*. Na esteira civilizatória do glocal, desde o alvorecer mediático do século XX, essa sobredeterminação constitui processo historicamente inédito. Seus sintomas proliferam sobejamente, conforme a seguir discriminados e exemplificados (em apreensão preliminar, a ser desdobrada *a posteriori*):

[1] *sobredeterminação pelo modelo tecnológico de base*: todos os *media* de massa dependem dos *media* e redes interativos; o glocal telefônico, radiofônico e televisivo adquiriu versão digital (celular, Web-rádio, TV interativa);

[2] *sobredeterminação por absorção operacional*: todos os *media*, com exceção relativa do teatro, foram enredados pela flexibilidade da linguagem hipermediática e hoje operam (também) a partir do *cybersapce*;

[3] *sobredeterminação da relação de demanda*: os *media* eletrônicos procuram flexibilizar o mais possível as possibilidades de participação do receptor, em flagrante tentativa de mimese em relação aos *media* e redes digitais, vale dizer, de

espelhamento na lógica bidirecional instantânea e simultânea da interatividade, como forma de inserção no *mainstream* tecnológico modelar e ocultação compensatória da extemporaneidade de sua linguagem e modo de transmissão (para massas, a partir de um centro de comando);

[4] *sobredeterminação cronológica*: a ultraflexibilidade das linguagens informáticas e o tempo real próprio do *cyberspace* contraíram ao máximo o hiato de produção, circulação e recepção de informações e imagens, oxigenando a agenda noticiosa diária dos *media* convencionais; muito mais lentos (porque complexos e de alto custo operacional), TV à frente, esses *media* tendem, assim, a recuperar e processar dados já tautologicamente disponíveis, e a transmiti-los (somente) quando chega a hora planejada de relação direta (e majoritariamente unilateral) com a audiência;

[5] *sobredeterminação discursiva*: elementos socialmente consagrados da terminologia pragmática da cibercultura são *paradoxalmente* apropriados e utilizados por programas de TV e rádio, na tentativa, legitimada (também) por tautologia, de “provar” que os *media* de massa são capazes de interatividade (pelo que, com isso, jogam com o fictício emparelhamento com os signos em voga, igualmente para encobrir o *descompasso temporal de modelos sociomediáticos*);

[6] *sobredeterminação remissiva* (derivada da anterior): os *media* de massa se valem do *expediente do link cultural* para seus respectivos nichos no *cyberspace*, em insistente “demonstração” de que este é mero apenso de redes eletrônicas precedentes e de que, na quebra-de-braço intermediática em curso, ela propende em favor dos *media* convencionais, quando, na verdade, tal procedimento de remissão, doravante compulsório, revelando a falácia (também camufladora do atraso) da tal “demonstração”, não prova senão a *referencialização subordinativa dos media de massa nas tecnologias e redes hipertextuais*;

[7] *sobredeterminação estética*: estratégias de diagramação utilizadas por jornais e revistas impressas e por programas televisivos esposam soluções gráficas da linguagem digital e da lógica da virtualidade, em claro esforço de atualização tecnocultural sintomática,

entre outros sinais e tendências relevantes de idêntica *sobredeterminação hipertextual*, que não perfazem senão o trecho inicial de um extenso novelo de dados emergentes.

As senhas infotécnicas de acesso à cibercultura (cf. TRIVINHO, 2001, 2007), de par com todos os seus traços modelares – do tipo e linguagem de rede à lógica do tempo e da estética *online* –, funcionam, pois, mais que fonte operacional inspiradora, como “motor” contemporâneo (quase osmótico) da visibilidade mediática.

A cibercultura rearranjou e reescalou a lógica comunicacional do processo civilizatório em favor de sua própria reprodução no horizonte, a ponto de ela mesma, em seu típico *modus operandi* social-histórico – como dromocracia cibercultural (cf. TRIVINHO, 2007) –, vigorar, num só fôlego, como a fase atual da condição glocal, da visibilidade multimediática e do capitalismo tardio.

Não sem motivo, no trecho mais desenvolvido dos indícios apontados, comparece o dado certamente mais relevante: a *consolidação sociotécnica, a diversificação interna e a consagração cultural da visibilidade mediática estritamente virtualizada, típica do cyberspace*. A atratividade internacional desse braço renovado de visibilidade – mesmo que amplamente cumulativa ao cultivo social da audiência a produtos culturais de massa –

sela a sobredeterminação correspondente, aquela que se realiza pela *expansão sociomediática de novos campos de atuação em tempo real*.

Para além da *reescritura tecnossimbólica da visibilidade mediática herdada*, o advento da cibercultura significou, na verdade, uma explosão em miríade no caleidoscópio de canais e filtros concentracionários dos *media* de massa socialmente destinados à lógica da (auto-)exposição e da (auto)promoção. *Mailing lists* e listas de discussão, *Blogs* e *fotoblogs*, Orkut e MySpace, cenários de *web cams*, YouTube e Second Life, para destacar o mais importante nesse aspecto, representam a veloz multiplicação de campos *online* para a (auto)manifestação pulverizada (regida por autocensura) mediante texto, imagem e/ou som.

Em que pesem tais traços distintivos, sublinhe-se que, mesmo fincada em rede dotada de lógica interacional própria, a *visibilidade ciberespacial* obedece às mesmas regras de base da visibilidade massificada: o que nela circula atende, igualmente, à regra da (super-)exposição como afirmação de suposto poder simbólico.

III – VIOLÊNCIA TRANSPOLÍTICA

1. Transpolítica do glocal e da visibilidade mediática

Com efeito, o problema teórico fundamental do fenômeno glocal e da visibilidade mediática (bem como de seus processos vinculados, a glocalização e a existência em tempo real) – vale enfatizar, o problema basilar de seu desdobramento e perdurabilidade socioculturais – reside, evidentemente, mais que em qualquer outro fator, em seu caráter ôntico, em sua própria existência efetiva, mas, mais profundamente, numa franja de realidade bastante *sui generis*. O fato de o glocal e de a visibilidade mediática não poderem mais deixar de existir tal como são em sua natureza, em suas estruturas de base, em sua função social-histórica e em suas repercussões simbólicas, melhor ainda, o fato de não haver possibilidade de cessarem de existir tais como são em sua costura indissolúvel com o tecido dos mercados, em particular o da vida cotidiana, não significa senão o quanto o vetor mediático (de massa, ciberespacial e híbrido) constitui *matéria historicamente indecível*, por escapar, por assim dizer, do esteio administrativo e controlador da racionalidade política e da jurisprudência. Em perspectiva antropológica, trata-se de dois fenômenos que ultrapassaram os marcos do sujeito (individual ou coletivo) e das instituições; transcendem, pois, o propriamente humano, no que ele congrega(va) de potência de decisão e de mudança das estruturas de existência.

A questão elementar atual dessa empiria processual irrompe na percepção teórica somente quando se a associa ao caráter inexorável, inelidível e, portanto, incontornável das engrenagens de base da civilização glocal, dinamizadas e perpetuadas pelo mercado de bens simbólicos e da interação digital. Esses apontamentos encerram, na totalidade, a *fenomenologia da transpolítica* em jogo.

O conceito de transpolítica – tal como aqui se o utiliza – foi caracterizado em outro lugar (TRIVINHO, 2007, p. 181-212) e não precisa ser novamente recenseado. Para efeito do presente ensaio, o conceito nomeia o *estado social de impossibilidade racional e técnica de administração, gerenciamento e controle de fenômenos, processos, circunstâncias, acontecimentos e tendências por parte das instâncias políticas e jurídicas herdadas da modernidade*, sobretudo em seus desenvolvimento mais recentes, vinculados ao século XX.

Diz-se de transpolítica, pois, a empiria processual epocal que, em sua instauração social e em seu desdobramento histórico, transcende a capacidade executiva acumulada do imaginário instituído nessas e dessas instâncias multilaterais, seja em âmbito regional, nacional ou internacional. Nesse aspecto, tudo se apresenta como se a transpolítica cobrisse, no âmbito social-histórico, processos tão indecíveis quanto, por exemplo, a própria vida (vale dizer, a vida *per se*, em sua manifestação cabal, há bilhões de anos no planeta), que a ciência e todos os demais saberes, na ausência de alternativa cognitiva mais consistente, tomam, majoritariamente, como fato evidente, consumado e, por isso, positivo (em termos jurídicos e idealistas), como tal acima de qualquer discussão. A comparação nada tem de esdrúxula: o *modus operandi* da transpolítica como fenômeno social é o de simular, em terreno social-histórico, para a percepção, a natureza, em sua *autopoiésis* absoluta e irrecurível; é o de, assim, vigorar pretensamente como processo naturalizado, sub-reptício, surdo.

Esse feixe de fatores talha, no estágio digital de desenvolvimento comunicacional, a condição do fenômeno glocal e da visibilidade mediática: socialmente processados sob a cláusula *sine qua non*, eles são, cabalmente, transpolíticos. Idêntica característica se projeta, evidentemente, para a civilização mediática como um todo, para o seu estirão social-histórico tecnologicamente mais avançado, a cibercultura, e para a lógica dromocrática que mantém esta última como sistema tecnocultural predominante.

Uma vez que a decisão sobre a existência ou não do glocal e da visibilidade mediática põem-se aquém ou além da esfera da racionalidade e do imaginário político legado, as tendências fáticas propendem, assim, para a afirmação consuetudinária de uma única opção possível: garantidos por teia complexa de interesses, é *como se eles tivessem, necessária e definitivamente, de existir*, pelo que a obviedade dessa condição demarca o sentido da absurdidade do contrário.

A diferença para com outros processos sociais de mesma característica – a comunidade, o Estado, a família, o capital etc. – é que, no caso do glocal e da visibilidade mediática, se trata de *fenômenos sociotecnológicos de alcance intercontinental e desdobrado fragmentariamente em rede*, à imagem identitária da *glocalização fractalizada do território e do simbólico*.

2. Violência transpolítica

Fosse essa a dimensão mais crucial do problema, estar-se-ia, ainda e de certa forma, no reduto das constatações e descrições. O exame mais detido do objeto, não obstante, permite depreender – em prol de seu tratamento crítico, da tensão necessária com o social-histórico – que, no seio das considerações anteriores, radica *dupla violência, tão pré-simbólica e heterodoxa quanto invisível e esquecida*, conforme exposto abaixo.

Em primeiro lugar, urge, no arranjo social da empiria em jogo, justamente o que se apresenta como *violência fenomenológica típica, primeira e inexpugnável, da civilização mediática*, válida para as suas três configurações sociotécnicas de base, a cultura de massa, a cibercultura e a resultante da hibridação de ambas. Trata-se, em suma, de uma *violência transpolítica*, aleatória, não-programada, não centralmente operacionalizada, proveniente direta e diuturnamente da existência mesma do fenômeno, no caudal de sua inexorabilidade e inelidibilidade; vale dizer, violência fundante da técnica sofisticada e do social glocalizado no qual ela se perpetua e se reescala.

Nesse sentido – nunca é demais explicitar, para reforço da tônica polêmica da argumentação –, *a civilização glocal, mormente o seu estirão cibercultural, constitui, em bloco, violência transpolítica em estágio avançado, obliterada em sua celebrada ciberespecialização emergente*.

Em segundo lugar, essa *inexorabilidade e inelidibilidade sociofenomênica como violência autopoiética* pressupõe, obviamente, castração histórica, insolúvel, do direito e do poder (individual, grupal ou institucional) de alterar, estruturalmente, a rota da aventura antropológica ou os rumos civilizatórios – seja pela gradual racionalidade reformista institucional, seja por qualquer ruptura revolucionária ou heterodoxa –, sem que se necessite levar em conta o vetor glocal e suas principais repercussões no simbólico, visibilidade mediática à frente.

3. Visibilidade mediática como destino

A *perduração do estado fenomenológico germinal dessa violência transpolítica*, dada a sua imanente pressão prática e pré-simbólica, e a *evidência do mencionado seqüestro da possibilidade histórica de redefinição racional e técnica coletivamente planejada do processo civilizatório*, exceto se e quando implementado nos marcos multiglocais acumulados e sedimentados, formam, por pressuposto, a cadeia de injunções que, por sua vez, institui – até prova razoável em contrário – *a visibilidade mediática como destinação [à falta de melhor termo] social-histórica do simbólico e, como tal – para o bem e/ou para o mal –, do humano* (embora a este sempre restem alternativas de escape, excepcionais no caso, quando não laterais, a seu conteúdo, tempo e uso), indicando-se, nesse rastro, como sói parecer – novamente até moção consistente em contrário –, que *ou a civilização será glocal ou não o será*.

Não seria equivocado aventar que, em razão da costura do fenômeno glocal e dos fluxos da visibilidade mediática com desejos sociais mais profundos, doravante pode até haver mudança substancial no modo de produção econômico, mas não se afigura mais

possível alterar o *modo tecnológico estrutural de mediação do social, isto é, o modo glocal, com sua visibilidade típica, de articulação da cultura*. Nessa condição, não poderiam prevalecer senão – como a ninguém escapa – os horizontes de reafirmação tautológica diuturna do sempre-igual (para lembrar uma expressão cara a Adorno), paradoxalmente num contexto de ostensiva e exuberante expressão do diferente. Quando a *violência autopoiética do enredamento técnico* atingiu o *estágio digital da glocalização planetária* e da *ciberaculturação alargada da visibilidade mediática*, o amanhã na civilização mediática tende sempre a clonar o dia anterior no que respeita – bem dito – às estruturas sociomediáticas de base do social, da cultura, da economia e da moral prática.

Referências

- BAUDRILLARD, Jean. **L'échange symbolique et la mort**. Paris: Gallimard, 1976.
 _____. **Simulacres et simulations**. Paris: Galilée, 1981.
 _____. **Les stratégies fatales**. Paris: B. Grasset, 1983.
- CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 2003.
- CANEVACCI, Massimo. **Sincretismos: uma exploração das hibridações culturais**. São Paulo: Studio Nobel; Istituto Italiano di Cultura; Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1996.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.
- JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1997.
- LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
 _____. **O pós-moderno explicado às crianças**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.
- MANDEL, Ernst. **O capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU; EDUSP, vol. II, 1974.
- TRIVINHO, Eugênio. **Cyberspace: crítica da nova comunicação**. São Paulo: Biblioteca da ECA/USP, 1999.
 _____. **O mal-estar da teoria: a condição da crítica na sociedade tecnológica atual**. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.
 _____. **A dromocracia cibercultural: lógica da vida humana na civilização mediática avançada**. São Paulo: Paulus, 2007a. (Comunicação).
 _____. Ciberultura e existência em tempo real: contribuição para a crítica do *modus operandi* de reprodução cultural da civilização mediática avançada. In: **e-compós-Revista da**

COMPÓS - Associação Brasileira de Programas de Pós-Graduação em Comunicação, São Paulo, n. 9, ago. 2007b. Disponível em: http://www.compos.org.br/files/01ecompos09_EugenioTrivinho.pdf?PHPSESSID=13639fd47c902fb084ddf288061f7639. Acesso em: 28 jan. 2008.

VATTIMO, Gianni. **A sociedade transparente**. Lisboa: Ed. 70, 1991.

VIRILIO, Paul. **O espaço crítico**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993a.

_____. **A inércia polar**. Lisboa: Dom Quixote, 1993b.

_____. **La vitesse de libération**. Paris: Galilée, 1995.